

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.
Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$883 milhões (31/12/2015 - R\$856 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$67 milhões (31/12/2015 - R\$124 milhões).
Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$959 milhões (31/12/2015 - R\$945 milhões). Desse montante, destacamos, R\$703 milhões (31/12/2015 - R\$765 milhões) são representados por ativos intangíveis e R\$207 milhões (31/12/2015 - R\$147 milhões) por aplicações interfinanceiras de liquidez.
Em 31 de dezembro de 2016, o montante de obrigações fiscais e previdenciárias foi de R\$53 milhões (31/12/2015 - R\$55 milhões).
Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2017.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Nota	31/12/2015		Passivo Circulante	31/12/2015	
	31/12/2016	Ajustado		31/12/2016	Ajustado
	237.120	169.347		61.813	75.876
Ativo Circulante			Outras Obrigações	61.813	75.876
Disponibilidades	4&13.c 716	188	Sociais e Estatutárias	12.837	25.661
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c 207.343	147.383	Fiscais e Previdenciárias	9	39.135
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	207.343	147.383	Diversas	10	9.841
Outros Créditos	29.047	21.646	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.067	12.266
Rendas a Receber	6.a 21.876	18.522	Outras Obrigações	14.067	12.266
Créditos Tributários	5 3.647	2.522	Fiscais e Previdenciárias	9	13.576
Diversos	6.b 3.524	602	Diversas	10	491
Outros Valores e Bens	14	130	Patrimônio Líquido	12	882.767
Despesas Antecipadas	143	130	Capital:		
Ativo Realizável a Longo Prazo	18.026	10.255	De Domiciliados no País	840.313	840.313
Outros Créditos	17.731	10.232	Reservas de Lucros ⁽¹⁾	42.454	16.123
Rendas a Receber	6.a 709	-			
Créditos Tributários	5 1.776	657			
Diversos ⁽¹⁾	6.b 15.246	9.575			
Outros Valores e Bens	295	23			
Despesas Antecipadas	295	23			
Permanente	703.501	764.976			
Investimentos	1	1			
Outros Investimentos	144	144			
(Provisões para Perdas)	(143)	(143)			
Imobilizado de Uso	7	167			
Outras Imobilizações de Uso	177	99			
(Depreciações Acumuladas)	(10)	(99)			
Intangível⁽¹⁾	8	703.333	Total do Ativo	958.647	944.578
Agio por Expectativa de Rentabilidade Futura	323.055	323.055			
Outros Ativos Intangíveis	462.748	461.945			
(Amortizações Acumuladas)	(82.470)	(20.025)			
Total do Ativo	958.647	944.578	Total do Passivo	958.647	944.578

⁽¹⁾ As rubricas de 2015 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária ⁽¹⁾			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	840.313	1.714	27.696	(23)	-	869.700
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	23	-	23
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(83.500)	-	(83.500)	(83.500)
Lucro Líquido	12.b	-	-	-	124.013	124.013
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	6.970	-	(6.970)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	(53.800)	(53.800)
Reserva para Equalização de Dividendos ⁽¹⁾	12.c	-	-	-	(31.621)	(31.621)
Reserva para Reforço de Capital de Giro ⁽¹⁾	12.c	-	-	-	(31.622)	(31.622)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	840.313	8.684	7.439	-	-	856.436
Lucro Líquido	-	-	-	-	67.331	67.331
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	3.367	-	(3.367)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	(41.000)	(41.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	(11.482)	(11.482)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	-	(11.482)	(11.482)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	840.313	12.051	30.403	-	-	882.767
Saldos em 30 de Junho de 2016	840.313	9.739	27.488	-	-	877.540
Lucro Líquido	-	-	-	-	46.227	46.227
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	2.312	-	(2.312)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	(41.000)	(41.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	(1.457)	(1.457)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	-	(1.458)	(1.458)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	840.313	12.051	30.403	-	-	882.767

⁽¹⁾ As rubricas de 2015 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Santander Securities) controlada pela Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (S3 Participações), tem por objeto, dentre outros: (i) subscriver, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da Santander Securities são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, mas realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Securities foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, conforme Nota 3.n.

No momento da aquisição do intangível referente a compra do Negócio de Custódia, a Santander Securities reportou, em suas demonstrações financeiras, os valores provisionados relativos a operação. Após a data de aquisição (período de mensuração), a Santander Securities ajustou na data base de 30 de junho de 2016, retrospectivamente, os valores reconhecidos inicialmente na data da aquisição refletindo as novas informações obtidas para a identificação dos ativos e período de vida útil apresentado no laudo de elaboração por consultoria externa. Como consequência foi efetuado um ajuste de exercício anterior no montante de R\$15.389, deduzidos os efeitos fiscais, relativo a amortização retrospectiva do intangível da compra do Negócio de Custódia desde a data de aquisição em 31 de agosto à 31 de dezembro de 2015. Em atendimento ao CPC 23, aprovado pelo Bacen, o referido ajuste encontra-se apresentado de forma retrospectiva nas demonstrações financeiras da seguinte forma:

Como originalmente apresentado	Ajuste		31/12/2015
	31/12/2015	Retroativo	
Balanco Patrimonial			Ajustado
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Outros Créditos	6.451	3.781	10.232
Créditos Tributários	657	-	657
Diversos	5.794	3.781	9.575
Permanente			
Intangível	784.145	(19.170)	764.975
Agio por Expectativa de Rentabilidade Futura	-	323.055	323.055
Outros Ativos Intangíveis	785.000	(323.055)	461.945
(Amortizações Acumuladas)	(855)	(19.170)	(20.025)
Total do Ativo	959.967	(15.389)	944.578
Patrimônio Líquido	871.825	(15.389)	856.436
Capital:			
De Domiciliados no País	840.313	-	840.313
Reservas de Lucros	31.512	(15.389)	16.123
Total do Passivo	959.967	(15.389)	944.578
Como originalmente apresentado			Ajuste
Demonstração de Resultados	31/12/2015	Retroativo	31/12/2015
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	82.175	-	82.175
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	121.404	(19.170)	102.234
Outras Despesas Administrativas ⁽¹⁾	(29.031)	(19.170)	(48.201)
Resultado Operacional	203.579	(19.170)	184.409
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	203.577	(19.170)	184.407
Imposto de Renda e Contribuição Social	(58.137)	3.781	(54.356)
Provisão para imposto de Renda ⁽¹⁾	(36.033)	2.101	(33.932)
Provisão para Contribuição Social ⁽¹⁾	(23.147)	1.680	(21.467)
Ativo Fiscal Diferido	1.043	-	1.043
Lucro Líquido	139.402	(15.389)	124.013
Nº de Ações (Mil)	1.740	-	1.740
Lucro Líquido por Ação (em R\$)	80,12	(8,84)	71,27

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 29 de março de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Securities.
b) Apreciação do Resultado
O regime contábil de apreciação do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
f) Provisões para Perdas - Rendas a Receber
As provisões para perdas de Rendas a Receber são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação da Administração na constituição das provisões.
g) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
h) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera as seguintes aspectos:
h.1) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistema de processamento de dados - 20%.

gurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgamento favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
j) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Securities de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
k) Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Securities como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.
l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.
m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

o) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais	601	744	(26)	1.319
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	2.002	4.113	(3.574)	2.541
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	576	987	-	1.563
Total dos Créditos Tributários Circulante	3.179	5.844	(3.600)	5.423
Longo Prazo	657	-	-	1.776
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Constituição	Saldo em 31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais	1.179	-	(578)	601
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	17	-	(17)	-
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	349	2.761	(1.108)	2.002
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	608	-	(32)	576
Total dos Créditos Tributários Circulante	2.153	2.761	(1.737)	3.179
Longo Prazo	667	-	-	2.522
	1.486	-	-	657

⁽¹⁾ Inclui provisões para despesas administrativas.
b) Exclusiva de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2016	
Ano	Diferenças Temporárias	Total
2017	1.962	1.685
2018	684	564
2019	209	138
2020 a 2024	113	68
Total	2.968	2.455

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
c) Valor Presente dos Créditos Tributários
O valor presente dos créditos tributários é de R\$5.173 (31/12/2015 - R\$2.923), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

6. Outros Créditos
a) Rendas a Receber

	31/12/2016	31/12/2015
Administração de Fundos de Investimentos	17.068	14.148
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	5.883	4.915
Outras Rendas a Receber	1.134	-
(1) Provisões para Perdas	(1.500)	(541)
Total	22.585	18.522
Circulante	21.876	18.522
Longo Prazo	709	-
Diversos	-	-

Devedores por Depósitos em Garantia
Para Interposição de Recursos Fiscais
Impostos e Contribuições a Compensar⁽¹⁾
Adiantamentos e Antecipações Salariais
Outros
Total
Circulante
Longo Prazo
Diversos

	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia	14.458	5.657
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.377	4.230
Impostos e Contribuições a Compensar ⁽¹⁾	134	149
Adiantamentos e Antecipações Salariais		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

		31/12/2016	
		Em Milhares de Reais	Reais por Ação
Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	4.050	22.950	15,51307
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	2.100	11.900	8,04381
Total	41.000	6.150	34.850

		31/12/2015	
		Em Milhares de Reais	Reais por Ação
Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	5.100	28.900	19,53498
Dividendos ^{(3) (5)}	-	75.500	43,37914
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾	2.970	16.830	11,37625
Dividendos ^{(4) (5)}	8.000	8.000	4,59646
Total	137.300	8.070	129.230

⁽¹⁾ Deliberados pela Diretoria em 21 de setembro de 2016 e pagos em 28 de setembro de 2016.

⁽²⁾ Deliberados pela Diretoria em 30 de dezembro de 2016 e pagos em 26 de janeiro de 2017.

⁽³⁾ Deliberados pela Diretoria em 31 de agosto de 2015 e pagos em 08 de setembro de 2015.

⁽⁴⁾ Deliberados pela Diretoria em 30 de dezembro de 2015 e pagos em 22 de janeiro de 2016.

⁽⁵⁾ Deliberados com base na Reserva Estatutária.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Securities e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Securities realizada em 22 de março de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores e para o ano de 2016, foi fixado o valor máximo de R\$7.000.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

A Santander Securities, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 31/12/2016
Remuneração Fixa	1.695
Remuneração Variável	962
Outras	675
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.332

Adicionalmente, no exercício de 2016, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$894.

a.3) Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária

A Santander Securities é controlada pela S3 Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades (Nota 4)	716	188	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	716	188	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Depósitos Interfinanceiros⁽¹⁾	207.343	147.383	20.979	46.430
Banco Santander (Brasil) S.A.	207.343	147.383	20.979	46.430
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	4.574	3.476	56.382	22.653
Banco Santander (Brasil) S.A.	4.385	3.476	54.772	22.653
Banco Santander (Espanha) S.A.	189	-	1.610	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	(11.900)	(24.830)	-	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	(11.900)	(24.830)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	12	-	(13.034)	(12.531)
Banco Santander (Brasil) S.A. (Nota 16)	-	-	(4.784)	(4.781)
Isban Brasil S.A. ⁽²⁾	12	-	(1.718)	(1.643)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽²⁾	-	-	(6.532)	(6.107)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações em depósitos interfinanceiros estão com vencimento em até 3 meses no valor de R\$24.807 (31/12/2015 - R\$751) e de 3 a 12 meses no valor de R\$182.536 (31/12/2015 - R\$146.632). ⁽²⁾ Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

14. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	169.182	127.928
Rendas de Serviços de Custódia	56.703	53.916
Outras Rendas de Serviços	19.291	1.114
Total	245.176	182.958

15. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração	19.543	15.250
Encargos	5.953	4.747
Benefícios	4.296	3.226
Treinamento	853	246
Outras	390	292
Total	31.025	23.761

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	62.455	20.025
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	10.107	8.011
Processamento de Dados	12.166	9.791
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	4.784	4.781
Serviços do Sistema Financeiro	2.803	3.802
Transportes e Viagens	468	802
Despesas com Seguros	450	301
Comunicações	162	-
Outras	837	688
Total	94.232	48.201

⁽¹⁾ As rubricas de 2015 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

17. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesa com PIS/Pasep	1.490	1.061
Despesa com Cofins	9.171	6.532
Despesa com ISS	10.940	5.311
Outras	182	47
Total	21.783	12.951

18. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Reversão de Provisões Operacionais Fiscais	-	2.403
Outras	370	1.370
Recuperação de Encargos e Despesas	5.119	3.239
Atualização de Depósitos Judiciais	1.444	350
Atualização de Impostos a Compensar	619	102
Total	7.552	7.464

DIRETORIA

Diretores

Alex Severino de Souza *	Erick Warner Carvalho	Fabio Ribeiro	Felipe Aben Athar Sarmento	Joaquín Alfaro Garcia	Kleverson Batistela
--------------------------	-----------------------	---------------	----------------------------	-----------------------	---------------------

* Pendente de homologação pelo BACEN

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Instituição referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

19. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Provisões Operacionais		
Fiscais	123	1.622
Outras Provisões Operacionais	-	818
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.633	652
Despesas de Atualização de Impostos	724	169
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	1.531	-
Outros	44	14
Total	4.055	3.275

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	122.612	184.407

Participações no Lucro	(8.584)	(6.038)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12.b)	(41.000)	(53.800)
Resultado antes dos Impostos	73.028	124.569

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente

Despesas Indevidáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	(32.863)	(56.056)
Demais Ajustes, CSLL 5%	(14.055)	4
Demais Ajustes	(47)	6.236
Imposto de Renda e Contribuição Social	(46.697)	(54.356)

⁽¹⁾ Em 2016 incluí a despesa com amortização pela aquisição do direito do negócio de custódia.

21. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander Securities patrocina, juntamente com o Banco Santander, o plano de contribuição definida da SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidade fechada de previdência privada, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico do plano.

I) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$529 e R\$557, respectivamente.

b) Remuneração com Base em Ações

A Santander Securities possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. Do variável destes executivos, uma parcela é diferido em ações, pago 100% em Units SANB11. Em 31 de dezembro de 2016, foram registradas despesas no valor de R\$39 (2015 - R\$43) referente a provisão do plano de diferimento em ações.

Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. Em 31 de dezembro de 2016 foram registradas receitas no valor de R\$231 (2015 - R\$204).


22. Reestruturações Societárias

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities à S3 Participações, controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A. ("Operação"). No contexto da Operação, os seguintes atos foram concluídos: (a) a Santander Securities adquiriu do Banco Santander o negócio de custódia qualificada pelo valor de R\$785.000 (Nota 8) e, (b) o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Securities para S3 Participações pelo valor de R\$859.000, nos termos do informado ao mercado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. no dia 19 de junho de 2014.

23. Outras Informações

a) Em 31 de dezembro de 2016, o valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão é de R\$10.027.819 (31/12/2015 - R\$4.977.534) e o total do patrimônio líquido de investimentos administrados é de R\$74.146.314 (31/12/2015 - R\$44.540.724).

b) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Securities aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



São Paulo, 29 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4